

## Artigo

# Poké'exa ûti: Territorialidades de resistência Terena e auto-organização contra a pandemia e a degradação ambiental

Cerizi Francelino Fialho

Gislaine Carolina Monfort

330

### Resumo

A pandemia da Covid-19 tem evidenciado a perversidade das relações de poder que sustentam o sistema colonial-imperialista contra a fricção de vida da biodiversidade, dos territórios e da diversidade sociocultural. Para os povos originários a crise ecológica e de saúde global, tem se somado ao aprofundamento do regime de poder do colonialismo, e em meio à pandemia, os povos ainda enfrentam invasões aos seus territórios pelo garimpo, pela mineração e pelo agronegócio. E uma vez mais são os purutuye (não indígena/branco segundo os Terena) que levam as doenças, a precarização territorial e a degradação ambiental. Diante disso, é preciso compreender o atual contexto de crise sanitária e necropoder como parte do regime colonialista, imperialista, racista, genocida e ecocida que produz a escassez generalizada, a dominação da natureza, doenças e os conflitos socioambientais, relações que ficam evidentes no uso da crise sanitária para intensificar os desmatamentos e as queimadas sobre os biomas do Pantanal, Cerrado e a Amazônia para expansão das matrizes agroextrativistas. Diante disso, este trabalho compartilha a análise dos latentes impactos da pandemia sobre os territórios Terena e a importante auto-organização desses povos para barrar a expansão do vírus nas comunidades. Essa auto-organização se fundamenta no conhecimento ancestral e na dinâmica de construção de autonomias como parte de um processo mais amplo de luta contra o regime de poder do Estado, o modo de vida dos purutuye e as doenças que os acompanham. A partir disso, enfatizamos as territorialidades de resistência dos povos originários que adubam as dimensões das lutas ancestrais e anticoloniais contra os predatórios territórios corporativos do agronegócio no Mato Grosso do Sul.

**Palavras-chave:** Autonomias; Covid-19; degradação ambiental; Terena; territorialidades.

## **Poké'ixa ûti: Territorialities of Terena resistance and self-organization against the pandemic and environmental degradation**

### **Abstract**

The Covid-19 pandemic has shown the perversity of power relations that underpin the colonial-imperialist system against the friction of life from biodiversity, territories and socio-cultural diversity. For the native peoples, the ecological and global health crisis has been added to the deepening of the colonialism's power regime, and in the midst of the pandemic, people still face invasions to their territories by mining and agribusiness. And once again it is the purutuye (non-indigenous / white according to the Terena) who lead to diseases, territorial insecurity and environmental degradation. Given this, it is necessary to understand the current context of health crisis and necropower as part of the colonial, imperialist, racist, genocidal and ecocidal regime that produces widespread scarcity, domination of nature, diseases and socio-environmental conflicts, relationships that are evident in the use from the health crisis to intensify deforestation and fires over the biomes of the Pantanal, Cerrado and the Amazon to expand the agro-extractive matrices. In light of this, this work shares the analysis of the latent impacts of the pandemic on the Terena territories and the important self-organization of these peoples to stop the spread of the virus. This self-organization is based on ancestral knowledge and the dynamics of building autonomies that are part of a broader process of struggle against the state's power regime, the purutuye way of life and the accompanying diseases. From this, we emphasize the territorialities of resistance of the original peoples that fertilize the dimensions of the ancestral and anti-colonial struggles against the predatory corporate territories of agribusiness in Mato Grosso do Sul.

**Keywords:** Autonomies; Covid-19; environmental degradation; Terena; territorialities.

## **Poké'ixa ûti: Territorialidades de resistencia Terena y autoorganización frente a la pandemia y la degradación ambiental**

### **Resumen**

La pandemia Covid-19 ha mostrado la perversidad de las relaciones de poder que sustentan el sistema colonial-imperialista frente a la fricción de la vida desde la biodiversidad, los territorios y la diversidad sociocultural. Para los pueblos originarios, la crisis ecológica y de salud global se ha sumado a la profundización del régimen de poder del colonialismo, y en medio de la pandemia, la población aún enfrenta invasiones a sus territorios por parte de la minería y la agroindustria. Y una vez más son los purutuye (no indígenas / blancos según los Terena) los que provocan enfermedades, inseguridad territorial y degradación ambiental. Ante esto, es necesario comprender el contexto actual de crisis de salud y necropoder

como parte del régimen colonial, imperialista, racista, genocida y ecocida que produce escasez generalizada, dominación de la naturaleza, enfermedades y conflictos socioambientales, relaciones que se evidencian en el uso de la crisis de salud para intensificar la deforestación y los incendios sobre los biomas del Pantanal, Cerrado y Amazonia para expandir las matrices agroextractivas. Ante esto, este trabajo comparte el análisis de los impactos latentes de la pandemia en los territorios de Terena y la importante autoorganización de estos pueblos para frenar la propagación del virus. Esta autoorganización se basa en los conocimientos ancestrales y las dinámicas de construcción de autonomías que son parte de un proceso más amplio de lucha contra el régimen de poder del Estado, la forma de vida purutuye y las enfermedades que la acompañan. A partir de esto, destacamos las territorialidades de resistencia de los pueblos originarios que fertilizan las dimensiones de las luchas ancestrales y anticoloniales contra los territorios corporativos depredadores de la agroindustria en Mato Grosso do Sul.

**Palabras clave:** Autonomías; Covid-19; degradación ambiental; Terena; territorialidades.

## Introdução

Gente, lugar e jeito de estar no lugar compõe um todo. A violência da divisão abissal que marca a colonialidade do mundo [...] incide sobre os sujeitos coletivos e sobre o lugar como suporte da vida: desmembra, desgarrar, desterra. Esse distúrbio cria desequilíbrio e doenças, libera uma condição que Davi Kopenawa, um xamã Yanomami, denomina de *xawara*, doença. Essa potência/doença está contida em um lugar em equilíbrio, que liberada emana estados de doenças, que se manifestam no corpo das pessoas como enfermidades. [...] A ideia da natureza separada dos sujeitos coletivos é resultado dessa violência colonial abissal como um desequilíbrio ecológico (KRENAK, 2018, p. 1).

Chegamos ao século XXI com as profundas marcas de um intenso processo de expansão da degradação ambiental e de precarização territorial causada sobretudo, pela ampliação da matriz do agroextrativismo. A crise estrutural do capital se expressa na “confluência de múltiplas crises: ecológica, social, política e econômica, engendradas inexoravelmente pela própria lógica de produção destrutiva imposta pelo desenvolvimento capitalista” (DOURADO, 2020, p. 10). As áreas provedoras de vidas nos países latino-americanos são, em grande parte, ecossistemas e territórios em que estão povos originários e povos tradicionais, os quais tem sido impactado profundamente (ORTIZ; MEZA, 2020).

Estudos tem demonstrado que cerca de 75% das doenças que surgiram nos últimos 50 anos tiveram origem em animais silvestres e nas zoonoses (doenças transmitidas de

animais vertebrados para humanos). Os vírus que emergem como patógenos aos seres humanos (a exemplo do ebola, gripe suína e recentemente o novo coronavírus) vivem dentro de um ciclo em seus hospedeiros. Entretanto, quando as ações humanas, como as ações do “povo da mercadoria” (KOPENAWA; ALBERT, 2015) quebram esse ciclo, expandem a degradação ambiental, destroem habitats e interferem nas dinâmicas ecológicas, proporcionam as condições para que os vírus apresentem grande capacidade de mutação e recombinação genética (JONES *et al.*, 2008; RABELLO; OLIVEIRA, 2020). “Os vírus mudam o tempo todo. Mas as circunstâncias nas quais uma mutação se torna uma ameaça à vida dependem das ações humanas” (HARVEY, 2020, p. 15).

A dimensão ambiental (re)coloca as faces das contradições da produção social do espaço e das formas de apropriação da biodiversidade, evidenciando por um lado o modelo predatório da divisão internacional e territorial do trabalho baseada na matriz agroextrativista e a “via colonial” que acompanha o desenvolvimento histórico dos Estados e do capitalismo (RODRIGUES, 1994; CLASTRES, 2012; ALKMIN, 2015). E por outro, como essa mesma via através da destruição dos ecossistemas, habitats, aumento do tráfico de animais silvestres, a urbanização desenfreada, os desmatamentos, a perda da biodiversidade, grandes criadouros e concentrações de animais para a agroindústria, as profundas marcas da mineração que soterram a terra deixando rastros tóxicos e as imensas monoculturas que se perdem nas paisagens do mundo, são os elementos que potencializam o surgimento de epidemias e pandemias.

Na América Latina as duas primeiras décadas do século foram marcadas por políticas de uma esquerda institucional que levou adiante o mesmo projeto político de expansão do modelo predatório das fronteiras agroextrativistas e aprofundaram o avanço da exploração por espoliação sobre os territórios dos povos originários. As conciliações de classe com burguesia empresarial e agrária levaram à ascensão uma extrema-direita clerical, neoliberal e militar em diversos países (ADHIKARI *et al.* 2020; GEBREYES *et al.*, 2020; DIAS-LIMA, 2020).

O avanço das cadeias produtivas com base na homogeneização, desmatamento em grande escala, fumigações descontroladas, simplificação genética e expansão agroextrativista são fomentadas por meio das corporações (com a proteção do Estado) e diretamente através das políticas estatais com financiamento e crédito agrícola. Essa agressão predatória tem como premissa a despossessão e espoliação ou, em linguagem espacial, a desterritorialização<sup>1</sup> de povos indígenas, povos tradicionais e comunidades camponesas (HAESBAERT, 2004; ROSSI, 2017; SOUZA, 2019).

Somente no Brasil nos últimos 50 anos as fronteiras agroextrativistas avançaram brutalmente sobre os territórios dos povos indígenas e sobre os domínios e biomas que confluíam nessas terras, principalmente, uma pequena porção que resiste do Cerrado, a Amazônia e o Pantanal para conversão e territorialização de pastagens e monoculturas. Levando-nos sob passos largos à um aprofundamento da crise ecológica e da possibilidade de que o Brasil se torne o epicentro de outras zoonoses (STRASSBURG *et al.*, 2017; RABELLO; OLIVEIRA, 2020).

Essa dinâmica predatória foi a causa principal da atual pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2). A Covid-19 é uma doença respiratória e cardiovascular, cujo primeiro caso foi identificado na China ao fim do ano de 2019, e que desde o início de 2020 tem se espalhado pelo globo em velocidade sem precedentes (RABELLO; OLIVEIRA, 2020; ZHENG *et al.*, 2020). Diversos estudos vêm demonstrando a associação da origem da pandemia à degradação proveniente da matriz agroextrativista e do sistema agroalimentar “industrializado e intensivo (agronegócio) - modelo hegemônico de produção agropecuária amplamente difundido no mundo desde os anos 1970 –

---

<sup>1</sup> Há uma ampla discussão sobre o tema em Haesbaert (2004), mas de modo geral, é importante compreender esse processo de desterritorialização não como a ausência do território ou de uma territorialidade (isso não seria possível), mas como processo de reorganização espacial fomentadas pelo colonialismo, pelo Estado e pelas fronteiras agroextrativistas do capital, e seus efeitos na re-territorialização precária dos povos. Estamos entendendo a desterritorialização aqui como impacto da expansão da mercantilização da terra e da exploração por espoliação das novas cadeias de acumulação. “A desterritorialização implica perder acesso a territórios funcionais, simbólicos e vividos, como o perderam comunidades tradicionais atingidas por projetos de desenvolvimento de grande impacto econômico” (ERTZOGUE; FERREIRA, 2017, p. 54).

que se expandiu no mundo através da ofensiva neoliberal” (DOURADO, 2020, p. 10; WALLACE, 2020).

Uma das faces da Covid-19 é a fragilidade socioecológica desses sistemas alimentares que aumentam a escassez generalizada e expandem os territórios corporativos (SILVEIRA, 2008; MONDARDO, 2020; ORTIZ; MEZA, 2020). “Tais complexos agroindustriais forçaram a expansão das suas fronteiras sobre sistemas ecológicos complexos, como as zonas úmidas e as áreas florestais” e compõe os territórios de muitos povos indígenas e povos tradicionais (SILVA, 2020, p. 182). Esse processo vem acompanhado da crescente perda da soberania alimentar e do aprofundamento da espoliação com novas formas de dependência e dominação (SVAMPA, 2012). O estado “político y ecológico del mundo hoy, ya inmersos en el siglo xxi, bien expresa – a nuestro entender – los profundos trastornos derivados y resultantes del régimen agroalimentario del capital” (MACHADO ARAOZ; ROSSI 2020, p. 53).

Pensar essas relações nos permitem compreender a dimensão política desde uma perspectiva radicalmente oposta à teoria política moderna, pois, implica pensar o sujeito da política não como indivíduo (isolado), mas como membro de uma comunidade. Uma comunidade de seres que não só direciona olhares para sua própria espécie, mas que abarca toda a biodiversidade da qual somos parte, abrindo possibilidades para repensar ou redefinir o lugar que o humano e o político têm nesse processo da vida no seu conjunto (MACHADO ARAOZ; ROSSI 2020). E mais, repensar o lugar que o humano e o político têm a partir de cada cosmologia, de cada povo, ao seu modo de pensar o mundo e viver nele, das suas histórias e trajetórias.

Para Ortiz e Meza (2020) temos enfrentado calamidades que se intensificam com os processos de expansão dos territórios corporativos e das mudanças nas dinâmicas ecológicas, os quais são os primeiros passos para que ocorram zoonoses e epidemias. E nesse ponto não podemos deixar de falar sobre o acelerado processo de desmatamento das florestas tropicais e subtropicais nos países sul-americanos. Dentro das “externalidades promovidas por este modelo, debemos poner central atención en el vaciamiento de

la fertilidad de la tierra, factor clave del desarrollo capitalista desde sus orígenes” (ROSSI, 2017, p. 59). E isso demonstra a necessidade de medidas enérgicas através das lutas autônomas populares e anticoloniais para garantir a retomada de territórios de vida, a conservação da biodiversidade, o reflorestamento de áreas degradadas e processos de autogestão territorial.

A atual pandemia, assim como as zoonoses anteriores como a gripe suína, gripe aviária, zika vírus, ebola e outros, são alertas de que as fronteiras agroextrativistas são grandes produtoras de doenças e que a sociedade da mercadoria, seu modo de vida e de produção precisam ser combatidos radicalmente. Este é um grito da terra contra este projeto etno e ecocida que os purutuye - brancos segundo os Terena - promovem como valor primordial da existência (MARQUES, 2020).

Diante da expansão das fronteiras agroextrativistas, do contexto de pandemia e do brutal genocídio no Brasil como regime de poder do governo, povos indígenas em distintos territórios fortalecem o cuidado mútuo, as medicinas tradicionais e a auto-organização, ao mesmo tempo em que enterram seus mortos e buscam impedir a expansão da doença em suas comunidades.

A crise sanitária global tem intensificado também as desigualdades socioespaciais através do regime de necropoder dos Estados (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Entenda-se aqui o necropoder como exercício e regime político do Estado através do qual se exerce o poder de matar, do extermínio e do massacre (MBEMBE, 2018). Como ficou evidente no Brasil os povos mais afetados pela Covid-19 foram a população negra e indígena, e as condições de vulnerabilidade histórica, biológica e socioespacial fazem dessa pandemia, antes de tudo, uma “doença política” (MARQUES, 2020). Em meio a esse contexto, os povos originários ainda têm enfrentado invasões aos seus territórios pelo garimpo, pela mineração e pelo agronegócio.

Assim, este artigo reuniu esforços para compartilhar algumas reflexões sobre as relações de poder e contra-poder - dominação e resistência - que atravessam a complexi-

dade das lutas do povo Terena contra a expansão das fronteiras agroextrativistas, a degradação ambiental e a atual pandemia. Um dos importantes processos que compõe essa luta são as retomadas de terras auto-organizadas, e neste período de pandemia a organização das barreiras sanitárias que contam com a participação direta de moradoras e moradores das aldeias. Compostas sobretudo por sujeitos que estão nas retomadas.

Nesse sentido, é importante destacar que o Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população de povos originários do país e é também um dos estados que manifesta as maiores lutas pela recuperação dos territórios ancestrais e ações por melhores condições de vida apresentadas sobretudo, pelos povos Kaiowá, Guarani e Terena (EMERITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2010).

A partir da noção de Geografia simétrica e engajada compartilhamos reflexões sobre esse processo de auto-organização Terena na Terra Indígena Taunay/Ipegue, no município de Aquidauana - Mato Grosso do Sul. O que estamos pautando aqui enquanto auto-organização é o processo de organização própria do povo ou coletivo nas experiências comunitárias cotidianas, relacionada a dinâmicas de sociabilidade, a um projeto político e de autodeterminação. Mas não isenta de contradições e os desafios.

A perspectiva de uma geografia engajada dialoga aqui com Albert (1995, 2002, 2014) quando ressalta que a solidariedade crítica e o engajamento social do/a etnógrafo/a não pode ser visto como opcional e estranha a seu projeto científico, mas se torna um elemento explícito e constitutivo da relação etnográfica. E a abordagem simétrica, a partir das narrativas e testemunhos dos povos indígenas, devolve uma imagem sobre nós mesmos e possibilita um sentido simétrico e inverso de pensar as relações socioterritoriais e ecológicas, rompendo com a noção de “natureza” como dimensão de exterioridade (VIVEIROS-DE-CASTRO, 1999). Tudo é sujeito, tudo é humano, e os “humanos estamos imersos por natureza (o pleonasma se autojustifica)” (VIVEIROS-DE-CASTRO, 2015).

Para isso, utilizamos a abordagem da pesquisa qualitativa com análise bibliográfica crítica (CORRÊA, 2003), análise documental dos comunicados do Conselho Tradicional do povo Terena – HánaitiHo'únevoTêrenoe – e experiências de campo através da

participação observante (ALBERT, 2014). Essa foi a base da construção do trabalho, apresentado a partir da seção 1 (“Povo que se levanta: Autonomias e cuidado mútuo nos territórios Terena frente a pandemia e a devastação ecológica”) a seguir.

A expansão das fronteiras estatais e agroextrativistas sobre o Cerrado e Pantanal culmina na atual espacialidade dos Terena em Reservas Indígenas e retomadas de pequenas porções do território, rodeadas por grandes concentrações de terra e avanço do agronegócio. Para Baltazar (2010) a configuração espacial das aldeias Bananal e Ipegue por exemplo, seguem a “planta” da cidade dos purutuye, típicas de uma organização espacial não indígena, nesse contexto os Terena tiveram o desafio de reconstruir e fortalecer suas territorialidades contra a descaracterização dos territórios originários pelo colonialismo<sup>2</sup> em curso (QUIJANO, 2000; GONZÁLEZ CASANOVA, 2002).

Diante da descaracterização dos territórios como regime de poder e violência histórica do Estado brasileiro, bem como diante da degradação ambiental e da atual pandemia, os Terena apresentam múltiplas esferas de auto-organização para barrar o avanço do vírus nas comunidades. A emergência de ações autônomas entre os povos indígenas para enfrentamento da pandemia nos diferentes contextos territoriais do país se constituiu frente a expansão da doença e da política genocida do governo de Bolsonaro/Mourão.

Pensar as atuais ações políticas dos povos em seus territórios como parte de um processo mais amplo de luta por autonomia territorial, potencializam as reflexões sobre novas territorialidades de resistência frente ao projeto colonial-imperialista que avança através de novos processos de acumulação acelerada e espoliação. Pensar a territorialidade como estratégia contra-hegemônica e autônoma é resgatar as possibilidades de construção cotidiana de estratégias de resistência (ARGENTA CÂMARA, 2013).

---

<sup>2</sup> A noção de colonialismo é entendida aqui na perspectiva de Quijano (2000), González Casanova (2002) e Fanon (2005) através de uma análise do colonialismo interno e externo, que expressa o desenvolvimento histórico da “via colonial” que acompanha a formação e expansão das fronteiras e políticas dos Estado-nacionais, sobretudo na América, Ásia e África. Assim ressaltamos o colonialismo como categoria de exploração da terra, dos corpos e como forma própria (da origem e) das políticas do Estado (FANON, 2008). E enfatizamos a relevância de fazer uma leitura a partir de Mariategui (2007) que destaca a importância de pensar a luta dos povos e o socialismo indo-americano, é dizer ainda, pensar as políticas propriamente indígenas e suas raízes vivas no presente das lutas anticoloniais.

A potência e o vigor analítico e político do território como categoria da prática<sup>3</sup> nos permite compreender a multiplicidade histórica de formas de sentir, viver e fazer política e os diversos processos de autonomias e auto-organização dos povos indígenas. “Por tanto, lo que está en juego en la autonomía construida desde abajo es recuperar la capacidad de decidir -en contextos a escala humana- todo lo que compete a la gente que vive en determinados territorios” (HERRERA, 2009, p. 230). Assim os povos, à longa data, transformam o espaço e reelaboram territorialidades pautadas em outro sentido, é dizer, com o território de vida como elemento e dimensão da própria existência do grupo (HAESBAERT, 2020). Com isso, se evidenciam diversas concepções territoriais na América Latina<sup>4</sup>/Abya Yala<sup>5</sup>, especialmente como categoria da prática<sup>6</sup> através de cosmologias, práticas socioterritoriais, relações ecológicas, resistências e lutas. Territórios definidos e reconstruídos no decorrer da busca pelo bem viver e de processos de auto-organização e resistência. E antes de tudo, rompem com a “visão dicotômica entre materialidade e espiritualidade, natureza e sociedade” (HAESBAERT, 2020, p. 144).

Através de um diálogo intercultural<sup>7</sup> colocamos nossas Geografias na disposição de adubar as lutas socioterritoriais e de ser retroalimentadas por elas (SOUZA, 2019), de modo que seja possível ter como princípio da pesquisa geográfica a solidariedade e o engajamento nas lutas populares e anticoloniais.

---

<sup>3</sup> “[...] [O] território como categoria da prática, envolve a concepção de território no senso comum, tal como proposta no cotidiano da maioria dos grupos sociais, próxima daquilo que os antropólogos denominam categoria nativa” (HAESBAERT, 2020, p. 141).

<sup>4</sup> “Outra marca dessa especificidade latino- americana, a mais destacada neste texto, é a força política com que território foi construído enquanto designação que, além de imersa na autodefinição de muitos grupos sociais, representa uma imprescindível ferramenta de luta. Isso envolve não apenas a sobrevivência local ou étnico-grupal mas a construção de toda uma filosofia de vida com potencial para o diálogo com grupos de outros cantos do planeta especialmente através da proposta do “buen vivir” (ACOSTA, 2016) e do território como “Pacha Mama” (HAESBAERT, 2020, p. 148).

<sup>5</sup> “[...] espaço americano comum originário – “Abya Yala” na expressão cunhada pelos indígenas kuna, do Panamá, e expandida depois entre vários outros grupos no conjunto do continente americano” (HAESBAERT, 2020, p. 142).

<sup>6</sup> “Nessa construção, eles sempre tentam valorizar uma visão integrada que não secciona as dimensões econômica, cultural, política e natural do espaço geográfico, mas busca restabelecer certa unidade ou articulação pela consideração das próprias bases ecológicas, fundamentais na reprodução dos grupos e, de modo mais amplo, da própria vida humana como um todo” (HAESBAERT, 2020, p. 144).

<sup>7</sup> Diálogo Intercultural na perspectiva de compartilhar saberes entre mundos distintos, negociação da diferença e valorização da alteridade. E como estratégia fundamental do engajamento das práticas de pesquisa (etnográfica).

O eixo político-organizativo das lutas dos povos indígenas por autonomias territoriais e as diversas experiências de auto-organização em insurgência se opõe a colonialidade do projeto político capitalista que através das políticas estatais fomentam os despejos, a degradação ambiental, o desaparecimento de lugares, florestas, campos, cerrados e outros domínios fitogeográficos que compõe as terras ancestrais dos povos. Questões pautadas diante de processos autonômicos que tem se fortalecido entre os movimentos socioterritoriais indígenas (CECEÑA, 2009).

É importante ressaltar que a autonomia é sempre múltipla e possui um caráter processual, em que cada povo possui uma historicidade própria e formas de construção das dinâmicas autonômicas, que são diferentes a partir de seus lugares e de seus contextos de auto-organização. “Las autonomías se construyen a partir de vivencias cotidianas, sobre la base de problemas y exigencias concretas, cuya resolución por parte de los pueblos organizados constituye la fuerza de las instituciones autónomas” (GASPARELLO; GUERRERO, 2009, p. 262).

Com conexões entre as ações políticas Terena, Antropologia Política, Geografia Política e Ecologia Política, buscamos compreender a complexidade dos conflitos de territorialidades entre os espaços de morte gerado pelas fronteiras agroextrativistas; e as múltiplas esferas de luta e auto-organização dos povos Terena em defesa da vida em suas múltiplas dimensões. Isso possibilita evidenciar o rompimento com a visão “uno” a qual considera o Estado como única instância especializada no exercício do poder político, e em contraponto, enfatiza a “política” como atividade socioterritorial de manifestações históricas diversas (FERREIRA, 2017). Além de potencializar outras formas de viver, de organização e de evidenciar a urgência de novas relações ecológicas frente à barbárie capitalista. Desse modo, trata-se não somente de evidenciar uma multiplicidade semântica, mas uma multiplicidade de formas históricas reais de objetivação da política, da alteridade, autogestão territorial e de autonomias radicais (FERREIRA, 2017, 2018). Ter

como ponto de partida a política e os processos de gestão/autogestão territorial possibilita uma análise crítica sobre a etnologia indígena, a historiografia e cartografia “oficiais” (FERREIRA, 2018).

## 1. Povo que se levanta: Autonomias e cuidado mútuo nos territórios Terena frente a pandemia e a devastação ecológica

Derrubam e queimam todas as árvores da mata para alimentar seu gado. Estragam os leitos dos rios e escavam os morros para procurar ouro. Explodem as grandes pedras que ficam nos caminhos de suas estradas. No entanto, colinas e serras não estão apenas colocadas no solo [...]. São moradas de espíritos criadas por *Omama*. Mas essas são palavras que os brancos não compreendem. Pensam que a floresta está morta e vazia, que a natureza está aí sem motivo e que é muda. Então dizem para si mesmos que podem se apoderar dela para saquear as casas, os caminhos e o alimento dos *xapiri* como bem quiserem! Não querem ouvir nossas palavras nem a dos espíritos. Preferem permanecer surdos. [...] Essas palavras vêm do que os habitantes da cidade chamam de natureza. Contudo, eles não lhes dão a menor importância. Seus ouvidos continuam tampados e seu pensamento, esfumaçado. Preferem ficar olhando o tempo todo para os desenhos e palavras de todas as mercadorias que querem ter (KOPE-NAWA; ALBERT, 2015, p. 476 e 478).

Chegamos a nossa 13ª Assembleia Terena, até aqui foi um caminho difícil, trilhado em torno da luta pela terra. [...] Passamos pelo governo dito de esquerda, que se entregou ao capital; resistimos ao governo [...], que rifou nossos direitos ao agronegócio; e agora estamos prontos, para fazer a resistência [...], ante ao governo de extrema direita de Bolsonaro, anti-indígena, racista e autoritário. [...] Povo Terena, Povo que se levanta! (CONSELHO DO POVO TERENA; APIB, 2019, p. 146).

O povo Terena tem como tronco linguístico o Aruak, e compõe o grupo social Guaná, os quais são habitantes originários da região do “Êxivâ”, como é lembrado pelos anciões e anciãs (FIALHO, 2019). O topônimo Êxivâ expressa um território de ocupação ancestral, um sistema autônomo indígena do Chaco-Pantanal e porções do Cerrado com uma experiência histórica de uma sociedade sem Estado. Um sistema político autônomo

que se organizava nas fronteiras do colonialismo português e espanhol, contra e por meio deles (FERREIRA, 2018).

Os Guaná, conhecidos também como Chané, são compostos ainda por quatro grupos etnicamente diferenciados, entre eles os povos Terena, Layana, Kinikinau e Exoaladi. Com diferenças entre si, possuem um mesmo tronco linguístico originário e são tradicionalmente agricultores com saberes e técnicas de tecelagem e cerâmica (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000). “Guaná-Txané” é uma categoria que foi utilizada para nomear vários povos pertencentes à língua Aruák e que habitavam tradicionalmente a região do Chaco e do Pantanal (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2003). São povos tradicionalmente agricultores, com atividades associadas à pesca, à caça e à coleta (FERREIRA, 2007; SALVADOR, 2012). O manejo social da paisagem e o uso da terra com a agricultura era constituída pela técnica coivara, a partir das condições ecológicas em que a terra cultivada ao longo dos anos é sistematicamente rotacionada, possibilitando assim o restabelecimento da flora nativa numa relação de coexistência contínua (CARDOSO, 2011; LUZ *et al.*, 2020).

Os distintos modos com os quais nós, seres humanos, concebemos, produzimos e consumimos os alimentos, isto é, as diferentes formas de acoplamento vital que cada povo cria entre corpos, territórios e manejo dos cultivos, assim como os modos de relação que cada povo estabelece com a terra, a água, o clima e o conjunto de seres vivos, são elementos fundamentais que produzem a diversidade socioterritorial e a agrobiodiversidade. Os modos de relacionamento com a terra, de plantar, manejar e compartilhar os alimentos com a comunidade envolvem formas de configuração de organismos humanos, subjetividades, cosmologias, sociabilidades/sensibilidades, estruturação de coletividades e formas de fazer política (MACHADO ARAOZ; ROSSI 2020).

O modo pelo qual produzimos nossos alimentos (ou nos alimentamos) é a primeira ligação de como produzimos e constituímos a nós mesmos, e enquanto força geológica

que somos, como produzimos a relação com a terra em sua integridade como “comunidade-de-vida” e “comunidad de seres y de espécies” (MACHADO ARAOZ; ROSSI 2020). Assim, a integridade da “comunidade-de-vida” que constitui os territórios Terena está intrinsicamente relacionada aos biomas e riquezas biogeográficas do Cerrado e do Pantanal, entre os municípios de Miranda, Aquidauana, Anastácio, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti, Nioaque e Rochedo; além de relações com o Chaco (ELOY-AMADO, 2017).

Diante disso, para compreender o atual contexto de devastação ecológica e da organização socioterritorial Terena, é fundamental evidenciar aspectos da reorganização espacial fomentada sobretudo com a Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870) e a formação dos Estados<sup>8</sup> (CARDOSO-DE-OLIVEIRA, 1968). Na região do Cerrado e do Pantanal, havia uma ampla faixa territorial de leste a oeste do rio Paraguai onde estavam territorializados os povos Guaicuru e Guaná, região que passou a ser rota de confrontação dos colonialismos espanhol e português com um amplo processo de tensão territorial, etnocídio, formas de dominação, colaboração e resistência (FERREIRA, 2009).

Do pós-guerra até o início do século XX, estabeleceu-se na região a Comissão de Linhas Telegráficas, expandindo o “ciclo de colonização” e exploração do trabalho nas fazendas, que são os primeiros pilares concretos do capitalismo brasileiro nessa região (FERREIRA, 2007, 2018; SALVADOR, 2012). Os complexos e diversos processos de ocupação colonialista sobre os territórios ancestrais Terena transformaram paisagens, trilzeiros – malha de caminhos – que se constituíam ao longo do Chaco, do Pantanal e do Cerrado – e sobre suas formas de organização socioterritorial. Produzindo assim um processo de reterritorialização Terena em fragmentos do território originário (FERREIRA, 2007).

Os perversos caminhos construídos pelo purutuye são totalmente antagônicos aos trilzeiros dos povos Terena e antagônicos também aos caminhos de outros tantos povos

---

<sup>8</sup> “O problema da gênese do Estado moderno não pode ser senão o problema da explicação de como histórias locais e diversificadas de confrontação entre forças coloniais e sociais diversas chegaram a ser o que são hoje não por desdobramento lógico, nem por alguma inexorabilidade histórica, mas como o resultado de uma confrontação que ainda permanece em curso.” (FERREIRA, 2011, p. 93)

originários do estado de Mato Grosso do Sul, como o *tape'poi* – caminhos estreitos – dos Kaiowá e Guarani. Os territórios tradicionais Kaiowá e Guarani no sul do estado, região em que predominava a Mata Atlântica, foi brutalmente usurpado e degradado já na primeira metade do século XX pelas fronteiras estatais, pela expansão da agropecuária e da agroindústria através de políticas de sucessivos governos que expandiram a mercantilização da terra e o agroextrativismo em detrimento do reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas (HARVEY, 2004; XIMENES; PEREIRA, 2017).

Diante disso, atualmente, parte dos territórios ocupados pelos Kaiowá, Guarani e Terena são terras reservadas como fruto da política do indigenismo de Estado, instituídas no início do século XX pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Esse campo da política indigenista “oficial” desde o “período colonial até os dias atuais, ou seja, sob o manto republicano, foi idealizado e implementado a partir da perspectiva da desterritorialização, dominação e assimilação dos povos originários” (ELOY-AMADO, 2019, p. 704).

Entre as Reservas Indígenas instituídas em território Terena estão: Taunay-Ipegue, Limão Verde, Cachoeirinha, PiladRebuá, Lalima, Nioaque, Buriti, Aldeinha, Tereré e Nossa Senhora de Fátima. Além disso, há coletividades vivendo na Reserva Indígena de Dourados, na Terra Indígena Kadiwéu no município de Porto Murtinho e em áreas urbanas como o município de Campo Grande (ELOY-AMADO, 2017).

Os Terena constituem a segunda maior população indígena em Mato Grosso do Sul e vivem na contemporaneidade em territórios demarcados e retomados situados em diversos municípios da Bacia do Alto Pantanal. Sobretudo, no oeste do Mato Grosso do Sul na área de transição entre os domínios fitogeográficos do Cerrado denominado *Ixukókuti mopó* – lugar onde se extrai mel silvestre – e do Pantanal (BALTAZAR, 2010) Domínios que compõe os territórios ancestrais Terena, kadiwéu, kinikinau, ofaié e outros povos indígenas. Biomas os quais que têm sido profundamente afetados com a expansão das fronteiras agroextrativistas do capital.

Diante disso, é preciso compreender o atual contexto de crise sanitária, crise ecológica e crise estrutural como parte do modelo de produção e regime de poder colonialista, imperialista, racista, genocida e ecocida em que a generalização de situações socialmente fabricadas de “escassez de recursos e conflitos ambientais crescentemente pavimentará [tem pavimentado] o caminho para o hiperautoritarismo de elites cada vez mais entrincheiradas na defesa de seus privilégios” (SOUZA, 2019, p. 92). Dinâmica que fica evidente no uso da crise sanitária pelo governo Bolsonaro/Mourão para intensificar os desmatamentos e as queimadas sobre o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia, além das ações de inviabilização da demarcação de terras indígenas e de comunidades quilombolas; liberação de agrotóxicos; flexibilização da legislação ambiental e do trabalho escravo; diminuição de áreas protegidas; liberação de porte de arma; liberação de mineração e arrendamento em terras indígenas (ELOY-AMADO, 2019).

É fundamental compreender também que na porção central do Mato Grosso do Sul confluem campos e cerrados que possuem continuidade em Goiás, Mato Grosso e adiante na fronteira com a Amazônia; à oeste conflui com o Pantanal do Alto Paraguai que se estende até o Mato Grosso e Rondônia e entram em transição com o grande Chaco da Bolívia e do Paraguai; e ao leste e sul confluía com as matas mais contínuas da Mata Atlântica, que acompanham o rio Paraná e seus principais afluentes, em continuidade com as florestas de São Paulo e do Sul do Brasil (SCHMITZ, 2005).

O Cerrado é relacionado a um tipo de ‘savana’ da região plana e possui uma vegetação predominante de gramíneas nativas, árvores e arbustos espaçados entre si, com imensa variedade vegetal e animal (FERREIRA, 2008). Como uma savana neotropical é o segundo maior bioma da América do Sul com uma flora de mais de 11.000 espécies de plantas nativas entre elas 4.400 são endêmicas, possui uma área de aproximadamente 2 milhões km<sup>2</sup> ou 22% do território brasileiro e sua área contínua abrange os estados de Goiás, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos enclaves em Roraima, Amazonas e Amapá. Incorpora, ainda, porções da Bolívia e do Paraguai (MYERS *et al.*, 2000;

RIBEIRO, 2008; MENDONÇA *et al.*, 2008; BUENO *et al.*, 2018). De modo mais geral, o Cerrado é também considerado o berço das águas por abrigar os aquíferos Guarani, Bambuí e Urucuia, é um ponto fundamental de encontro entre a Amazônia, o Nordeste e o Sul, e é atravessado pelos rios das três grandes bacias brasileiras: Amazonas, Paraná e do São Francisco (BARBOSA, 2009).

Depois da Mata Atlântica, o Cerrado é um dos biomas que mais têm passado por alterações pelo avanço perverso do desmatamento para o agroextrativismo e ocupação dos purutuye (BUENO *et al.*, 2018). No Mato Grosso do Sul, o Cerrado ocupava uma extensão de mais de 60% do território, restando atualmente menos de 25% (MINISTÉRIO do MEIO AMBIENTE, 2009; PEIXOTO, 2003; SHEPHERD, 2003; ALVES *et al.*, 2017).

Já o Pantanal é considerado a maior área úmida do planeta, com 2/3 de sua dimensão no estado e 1/3 em Mato Grosso e está inserida na Bacia do Alto Paraguai (HARRIS *et al.*, 2006; POTT *et al.*, 2012). A Bacia do Alto Paraguai finaliza na desembocadura do rio Apa entre Brasil e Paraguai e abrange duas grandes regiões fisiográficas: a planície do Pantanal e o planalto que circunda toda a planície, envolvendo uma área transfronteiriça da bacia com uma área de 624.320 km<sup>2</sup>, sendo por volta de 62% no Brasil, 20% na Bolívia e 18% no Paraguai (ZANATTA, 2018).

O Pantanal e seu entorno são considerados como um mosaico de confluência de povos e área de fusão pela diversidade sociocultural da região com matrizes originadas no Chaco, no Brasil Central e na Amazônia como por exemplo, os Kadiwéu, Guaikuru, Camba, Bororo, Umutina, Ofayé, Guató, Terena, Laiana e Kinikinau (CARVALHO, 1992; MÉTRAUX, 1946; RIBEIRO, 2006, 2008; BESPALÉZ, 2015). A territorialização de muitos desses povos caçadores-coletores-pescadores no Pantanal corresponde ao término do *Optimum Climaticum*, período de estabilização das feições ambientais e geoecológicas, características e peculiaridades da biodiversidade dos ecossistemas pantaneiros (EREMITES DE OLIVEIRA, 1999; AB'SÁBER, 2006).

Ademais, o Pantanal está situado numa região de contato entre diferentes domínios como o Cerrado, as florestas Amazônicas, o Chaco boliviano e a bacia do rio Paraná,

com uma dinâmica hídrica com alternância entre períodos de secas e cheias, relações que são condicionantes ambientais que promovem a alta geo/biodiversidade e possibilita o funcionamento ecológico de toda a região (ANA *et al.*, 2004; HARRIS *et al.*, 2005; HARRIS *et al.*, 2006). Além disso, é circundada pelos planaltos de Maracajú–Campo Grande, Taquari–Itiquira, Guimarães, Parecis, Urucum-Amolar a Bodoquena, através dos quais recebe sedimentos por meio dos cursos fluviais principalmente do rio Paraguai que dissecam esses planaltos (RODRIGUES; LEITE, 2020).

Entretanto, a expansão das fronteiras agroextrativistas tem alterado toda a complexidade das integrações/inter-relações da diversidade de vida humana e não-humana na região. Os primeiros meses de 2020 marcam as intensas queimadas no Pantanal que tem atingido diretamente uma diversidade enorme de espécies e têm deixado diversos municípios, territórios de povos indígenas, povos tradicionais e camponeses de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, sob uma espessa camada de fumaça e fuligem procedente dos focos de incêndio, muitos dos quais criminosos,<sup>9</sup> levando o estado a decretar situação de emergência<sup>10</sup>. No Mato Grosso do Sul, cinco latifundiários/ruralistas estão sendo investigados pela Polícia Federal (PF) por serem os responsáveis pelas queimadas que se iniciaram nas fazendas da região e que destruíram mais de 25 mil hectares na região da Serra do Amolar.

Contudo, isso não é novo; sabemos que são do agroextrativismo as mãos que matam, incendeiam e devastam a diversidade de vidas e territórios que são fundamentais para o equilíbrio ecológico e para a nossa permanência/existência no mundo. Além de interferir “diretamente na dinâmica de emergência de novos patógenos, ao aumentar a interface humana com repositórios naturais de vírus e enfileirá-los na direção de cadeias de contágio humano” (SILVA, 2020, p. 182).

O número de queimadas no Pantanal de janeiro a julho do ano de 2019 foi de 1.890 focos, aumentando 189, 4%, no mesmo período no ano de 2020 (3.415 focos), considerado

---

<sup>9</sup> Silva (2020).

<sup>10</sup> Coelho (2020).

o pior cenário desde 1998. Além disso, o Pantanal vive uma das piores secas dos últimos 47 anos, o que aprofunda a disseminação das queimadas que estão sendo provocadas por ruralistas da região. As áreas mais atingidas abrangem a Serra do Amolar em Corumbá, Nabileque e Poconé no Mato Grosso do Sul, à Porto Jofre e o Parque Estadual Encontro das Águas em Mato Grosso, reserva em que se encontra a maior população de onças-pintadas (fora da Amazônia). Toda essa diversidade de espécies está sendo sufocada por um projeto político genocida e ecocida que se aprofunda através da implantação do novo modelo de acumulação do capital associado à integração de territórios do planeta para as cadeias de acumulação. Esse amplo processo de crise estrutural e degradação ambiental para expansão do agronegócio e dos megaprojetos é o grande produtor de crises ecológicas e seus efeitos colaterais são as epidemias e pandemias cada vez mais destrutivas (SILVA, 2020).

Essas ações dos purutuye têm afetado o modo de ser e viver dos coletivos das sete aldeias que compõem o território Taunay/Ipegue, gerando impactos na saúde, na diversidade de vidas e nas nascentes, que têm passado por intensa dinâmica de seca, atingindo os notuaká (córregos), impactando também (o Naxedaxe, Pokô"o, Tûmiku) lugares sagrados como Yûxu, Haukókuti (FIALHO, 2019).

Frente ao aprofundamento dessas relações de poder que compõem as ações dos purutuye, as lutas anticoloniais do povo Terena demonstram outros caminhos e formas de viver e lutar, fomentando a organização política em âmbito local e fortalecendo ações coletivas e processos de retomadas dos territórios ancestrais.

O levante do povo Terena em recuperação das terras teve dois momentos fundamentais: o das últimas décadas do século XX, que desencadeou importantes processos de retomada territorial; e os avanços em retomadas nestas duas primeiras décadas do século XXI. É importante ressaltar que as retomadas são processos que expressam a recuperação de uma dimensão territorial que tem como fundamento o bem viver, com a reelaboração étnico-cultural das experiências de resistência às formas de dominação. São discursos e formas de ação do movimento indígena que assumem formas de

relação dialética entre poder e contra-poder – dominação e resistência - que se materializa em termos espaciais com processos autonômicos (FERREIRA, 2018).

Nas últimas duas décadas, o povo Terena da Terra Indígena Taunay/Ipegue tem ampliado, sobretudo a partir de 2013, uma dinâmica reconhecida como retomada do poké'ixa ûti, o território tradicional frente à gênese territorial do Estado e à morosidade em demarcar os territórios tradicionais. O caminho construído por muitas coletividades tem sido a autodeterminação e a auto-organização, para garantir os direitos originários (FIALHO, 2019).

Um exemplo importante e marcante dessa luta foi a ação política de retomada de uma porção em que estava a “fazenda esperança”, a qual foi recuperada pelo povo em 2013, após o Estado e os fazendeiros ceifarem a vida de Oziel Gabriel na Terra Indígena Buriti. Considerada uma das mais importantes retomadas do povo Terena, foi ocupada uma área de 3 mil hectares frente aos 12 mil hectares de propriedade privada, e com o grito de guerra Poké'ixa ûti! Poké'ixa ûti!, cerca de três mil indígenas pertencentes às sete aldeias da TI Taunay/Ipegue avançaram na retomada (ELOY-AMADO, 2017; FIALHO, 2019). Posteriormente, recuperaram outros importantes territórios em que havia mais sete fazendas, entre eles Touro, Água Branca, Ipanema, Pedrão, Santa Fé, Funil e Capão de Araras e, por fim, a retomada de parte da fazenda Anhumãs, que foi reocupada no dia 11 de agosto de 2018 (FIALHO, 2019).

Nesse sentido, a TI Taunay/Ipegue, que é composta por sete aldeias, ficou no centro do território tradicional, e as retomadas se expandiram a partir delas através de um processo autonômico. As primeiras retomadas, feitas em 2013, foram ocupadas por famílias dos territórios de Pânana e Ipeakaxóti, enquanto em 2014 a 2015 se estabeleceram coletividades das aldeias de Kali Lâvona, Hopunó'evoti Uné e Mâko, e nas retomadas de 2016 a 2018 estão famílias das sete aldeias (FIALHO, 2019).

Diante dos importantes levantes e avanços das lutas anticoloniais Terena, ao final de 2013 houve uma articulação entre a Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (ACRISSUL) e a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL),

apoiada pela bancada ruralista do Congresso Nacional, para a realização do que foi chamado de “Leilão da Resistência”. Esse leilão teve como finalidade arrecadar fundos para a formação de uma grande milícia que financia o genocídio no estado. Esses grupos (seguranças privados de ruralistas) são um dos pilares do agronegócio, e promovem ataques contínuos aos povos indígenas da região.

Em oposição e combate à violência de Estado, aos ruralistas e à precarização territorial, o povo Terena fortalece a organização política através dos Conselhos Tradicionais que se fundamentam na participação direta da comunidade nos processos de decisão. De acordo com Fialho (2019), a Hana'itiHo'únevoTêrenoe (Grande Assembleia e Conselho do Povo Terena) é o encontro intercomunitário que tem como objetivo reunir os povos, lideranças indígenas e toda a comunidade com as demandas pautadas em eixos políticos como: território, saúde, educação, sustentabilidade, representação política, organização das mulheres, bem como as pautas da juventude. A Hana'itiHo'únevoTêrenoe busca somar-se à articulação de outros movimentos socioterritoriais do Mato Grosso do Sul como o dos povos Guarani e Kaiowá, Kinikinau, Kadiwéu, Ofaié e outros. Além disso, o Conselho-Assembleia Terena compõe a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil/APIB, que tem fortalecido a rede de solidariedade entre os povos em escala nacional.

Conforme ELOY-AMADO (2017), a estrutura do Conselho foi inspirada e pensada tendo como exemplo o Conselho Tradicional Aty Guasu dos povos Kaiowá e Guarani, os quais estiveram participando com um número muito significativo de lideranças mulheres, homens, anciões e jovens, desde a construção das primeiras assembleias Terena. A base da organização do Conselho é também potencializada pelas experiências de retomadas que envolvem um processo de ações coletivas, diferentes agentes políticos, decisões conjuntas, reuniões comunitárias e o fortalecimento da aliança interétnica. Essas novas territorialidades da etnopolítica evidenciam uma dinâmica de descentralização do poder decisório e sistemas segmentares mutualistas que surgem e se insurgem, sobretudo, no solo fértil das retomadas e das estratégias de resistência frente aos conflitos territoriais (FERREIRA, 2017).

Os processos de fortalecimento da auto-organização fazem germinar outras dinâmicas político-organizativas que potencializam as autonomias dos povos e que, relacionados à recuperação dos territórios, são “instrumentos próprios e legítimos dos povos indígenas de reterritorializar os espaços que foram invadidos” (FIALHO, 2019, p. 20). Para Ceceña (2009), construir autonomia é construir uma territorialidade própria, entendendo o território como a conjunção da terra e dos cosmos, da história e das trajetórias, e de todos os elementos que tornam possível a vida.

Nos últimos anos, os Terena reocuparam cerca de 45 mil hectares de terras, construindo diversos territórios em insurgência. No município de Dois Irmãos do Buriti estão as retomadas 10 de maio, PahôSîni, Terra Vida e Cambará. Em Miranda, encontram-se as retomadas Maraoxapá, Mãe Terra, Charqueada e KuixóxonoUtî. E em Aquidauana estão situadas as retomadas Esperança, Maria do Carmo, Cristalina, Ouro Preto, Persistência, Capão da Arara, Ipanema, Touro e Santa Fé. As ações políticas que envolvem as retomadas e as assembleias têm possibilitado a reconstrução de autonomias, ao mesmo tempo em que têm contribuído para o fortalecimento e reestabelecimento da flora, da fauna e dos agentes políticos não humanos que a habitam, como termo/ação político-organizativa de uma tensa e intensa luta pelos sentidos da vida (PORTO-GONÇALVES, 2012). Assim, a ressemantização dessas relações se coloca contra a degradação ambiental e a subjugação da vida fomentada pelos purutuye.

A potencialidade das redes de apoio mútuo que emergem entre os povos através de uma dinâmica etnopolítica que pauta processos autonômicos se reflete no enfrentamento à pandemia, com múltiplas formas de cuidado mútuo e de auto-organização. Uma das ações dessa complexa dinâmica organizativa foram as barreiras sanitárias construídas nos territórios para conscientizar a comunidade e mobilizá-la em ações coletivas em face da expansão do vírus.

É importante destacar a atuação da necroeconomia que está a serviço do agronegócio. A necroeconomia global não freou seus passos predatórios no contexto pandêmico, e a matriz agroextrativista continuou operando com completa impunidade mesmo

sendo o epicentro de contágio e propagação da doença em vários estados do país. O que entendemos aqui como necroeconomia é a dinâmica do capital que altera radicalmente os sistemas centrados na produção de valores de uso para sustento e produção da vida, para subjugar-los numa dinâmica da acumulação sem-fim e como fim-em-si-mesmo. Se tratando de um processo expropriatório de vasto alcance em diferentes escalas e dimensões da vida, implica simultaneamente impactos sobre os corpos e os territórios (MACHADO ARAOZ, 2013).

No estado de Mato Grosso do Sul, os primeiros casos da Covid-19 entre povos indígenas atingiram os Kaiowá e Guarani moradores da Reserva Indígena de Dourados e da Reserva indígena Te'yíkue em Caarapó, que são trabalhadoras e trabalhadores da JBS, BRF S.A. e Raízen, do setor sucroenergético (a qual incide sobre a Terra Indígena Guyraroka). A agroindústria, além de ser o principal modelo de produção que promove as condições para surgimento de doenças, foi considerada como serviço “essencial”, mesmo associada a condições de trabalho degradantes, com trabalhadoras/es aglomeradas/os e sem os equipamentos de proteção necessários, o que tornou estes serviços o eixo da expansão da pandemia no estado. Chamam isso de “novo normal”, e foi esse “normal” que nos trouxe ao atual contexto enfermo da humanidade (DIAS-LIMA, 2020).

Entre o povo Terena, o contágio adveio das mãos colonialistas do governo estadual, que promoveu, no início de julho de 2020, um evento para assinatura pública de obras de pavimentação asfáltica em um contexto de aumento exponencial do vírus no estado, sendo que as recomendações eram de isolamento social.<sup>11</sup> Como 2020 é ano eleitoral não pensaram duas vezes para escancarar o oportunismo e começaram a inauguração de obras públicas. Em meio ao oportunismo eleitoral, uns dos candidatos presentes, estava infectado pelo vírus. O evento organizado reuniu dezenas de pessoas dos territórios indígenas do distrito de Taunay-Ipegue, causando aglomeração e fomentando os primeiros contágios causados pelo purutuye.<sup>12</sup>

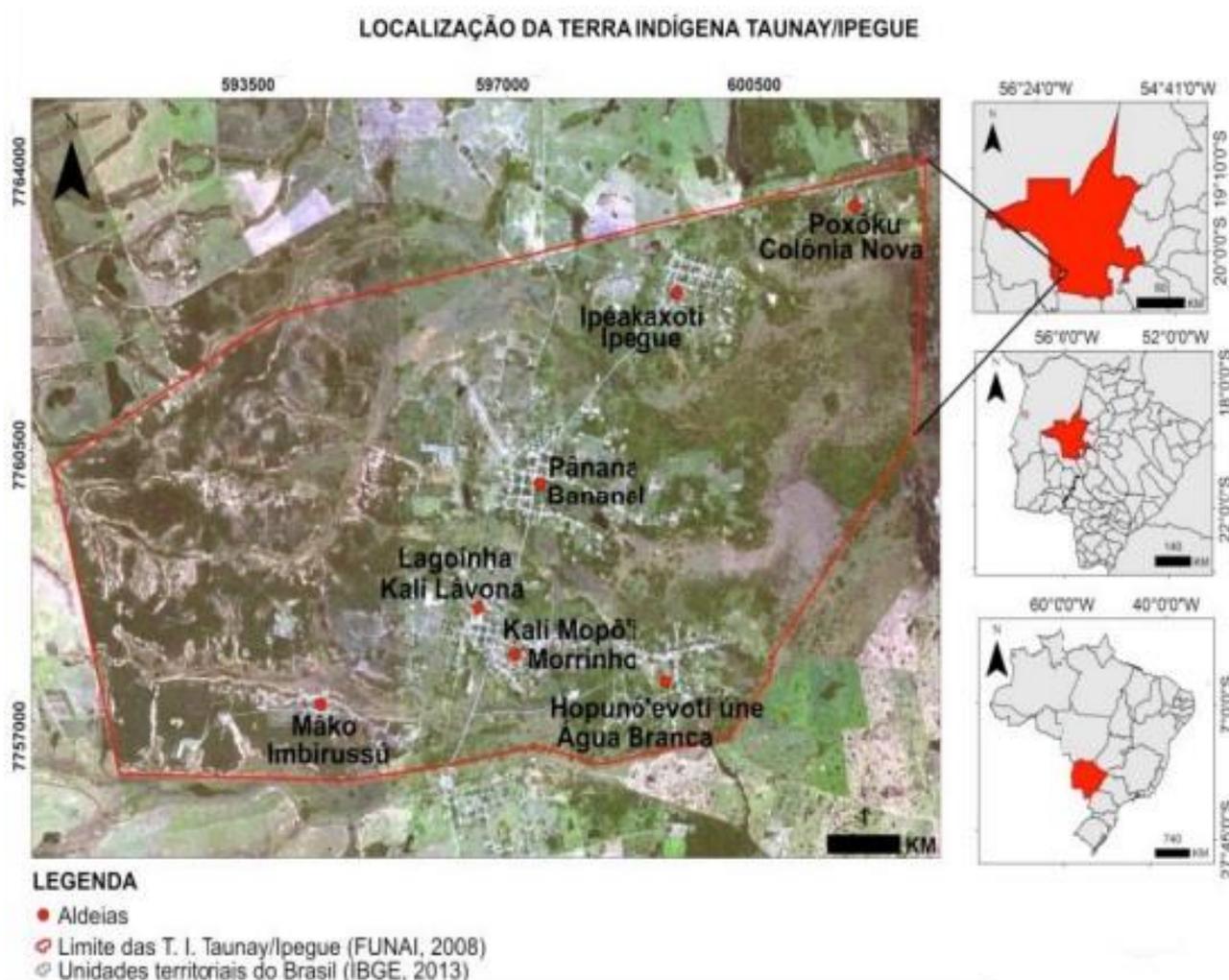
---

<sup>11</sup> Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (2020).

<sup>12</sup> Bassi (2020).

O território Indígena Taunay/Ipegue está localizado no município de Aquidauana; possui aproximadamente 6.400 hectares, organizados territorialmente por sete aldeias, entre elas: Pânana (Bananal), Ipeákaxoti (Ipegue), KaliLâvona (Lagoinha), Hopunó"evotiÚne (Água Branca), KaliMopô"i (Morrinho), Mâko (Imbirussú), Poxôku (Colônia Nova) como demonstra o **Mapa 1**. Possui uma população de aproximadamente sete mil pessoas (FIALHO, 2019).

**Mapa 1** – Configuração territorial das sete aldeias que compõem o território Indígena Taunay/Ipegue.



Fonte: FIALHO, 2019.

Após quatorze dias do evento, foi confirmado o primeiro óbito por Covid -19 na TI Taunay/Ipegue, especificamente da aldeia Água Branca; essa situação se agravou com o passar dos dias, e havia somente apenas um médico para atender onze aldeias da região. Muitas vidas foram perdidas, gerando profundo receio de uma tragédia já anunciada, pois não sabíamos o que o passar dos dias e noites nos reservavam.

A pandemia se alastrou pelas comunidades em poucos dias, e contra isso buscamos ampliar as formas de cuidado<sup>13</sup> e organização em face das vidas perdidas e das vidas de pessoas que se encontravam em diferentes estados clínicos. Muitas coletividades denunciaram que se a SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) agisse rapidamente não perderíamos tantas vidas. Mesmo diante da urgência, pouco foi o apoio dos órgãos públicos e o que de fato fez completa diferença foi a mobilização das próprias comunidades. Somente após três meses de expansão do vírus houve uma breve participação de equipes dos Médicos sem Fronteira, que contribuíram com alguns cuidados como a triagem, cuidados primários de saúde, monitoramento de casos suspeitos da doença, capacitação e suporte técnico para as equipes do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI).

Mas de fato, foram as barreiras sanitárias as ações políticas mais concretas e contínuas desde o início da pandemia. Elas seguiram por dias e noites com pessoas, em sua maioria jovens, que construíram barracas feita de lona, madeiras e palha para proteção do sol, chuva, frio e vento. A alimentação estava sendo feita em um fogão de lenha improvisado com alimentos de início arrecadados através da auto-organização com doações dos próprios moradores/as da comunidade. Posteriormente, outras campanhas de solidariedade também contribuíram por meio do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e comerciantes do distrito. A seguir, no mosaico da **Imagem 1**, compartilhamos algumas fotografias feitas pelo Conselho do Povo Terena.

---

<sup>13</sup> Vide Conselho do Povo Terena (2020).

**Imagem 1** - Ações do Povo Terena em combate a pandemia, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Fonte: Conselho do Povo Terena

As escalas das barreiras foram organizadas de acordo com cada aldeia, mas, de modo geral, foram realizados turnos de 12 horas, com um grupo trabalhando das 6h da manhã até as 18h, e o outro entrando às 18h e saindo às 6h. É importante enfatizar a participação direta e ativa de moradoras/es das retomadas.

Desde o início da expansão do vírus no Mato Grosso do Sul, os anciões já diziam que era para nos prepararmos para enfrentá-lo; quando ele chegou e contaminou os nossos primeiros parentes, disseram: “Simo’ovotimó! Itea hako pikôa ûti, vo’óku póhuti ûti inukuke ra poke’é kousexoné vitukoponovoké pihopinovotiné ûti xokó Itukó’oviti!” – “Vai chegar aqui! Mas não tenhamos medo, pois cada um de nós tem uma missão na face da Terra, e quando terminarmos nossa missão, iremos morar com o Nosso Criador!”.

Assim, foram realizados espaços auto-organizados junto aos profissionais de saúde comunitária para melhores explicações sobre o que é a Covid-19, como ela se manifesta no corpo e quais são os meios de prevenção. Após alguns encontros, as lideranças e os Nâti (caciques) disseram: “vamos fazer uma barreira sanitária, a exemplo dos nossos

parentes da TI Buriti”. Mas eram tantas as questões que nos atravessavam naquele momento, uma delas era a respeito dos órgãos que atuam na saúde indígena. Um senhor da aldeia Bananal argumentou, indignado com a falta de condições básicas para esse enfrentamento: “Quem é o órgão responsável pela saúde nossa?! Será que teremos o apoio desse órgão?! [...] Se estamos pensando em evitar que esse vírus não adentre a nossa comunidade, então devemos ter proteção!”.

No entanto, enfatizaram que resistimos às invasões e epidemias desde o início da expansão do colonialismo em nossos territórios, e diante do genocídio e ecocídio promovidos por séculos, sempre construímos estratégias próprias nas lutas. Durante a pandemia, ficou evidente, uma vez mais, que é a união do povo que faz a força, e que a auto-organização nos territórios tem uma importância fundamental diante das crises constantes que constituem esse modelo predatório dos purutuye.

Após o início das barreiras sanitárias na TI Taunay/Ipegue, ficou proibida a entrada de pessoas de fora das comunidades; e passados três dias, latifundiários da região acionaram a Polícia Militar, alegando que as barreiras estavam impedindo a passagem dos caminhões de gado. Atitude que demonstra bem o que importa para o purutuye, o seu lucro vale mais que todas as formas de vidas na terra. Em um áudio que chegou até nós, havia um comandante da Polícia Militar dizendo que se não deixássemos os caminhões passarem, iriam acionar 200 policiais para desfazerem as barreiras sanitárias, o que demonstra a conivência do Estado com o genocídio que acompanha essa pandemia. Ou, melhor dizendo, demonstra que o projeto político do Estado é o regime de poder que promove o genocídio. E é importante salientar também que no ano anterior esses mesmos policiais avançaram de forma brutal sobre uma retomada do povo Kinikinau e Terena. Não permitiremos o esquecimento, pois a “desmemória” é também parte do projeto político dos purutuye.

Mesmo diante das perdas de tantas vidas por causa da pandemia e do regime de necropoder do Estado, em nenhum momento pensamos em desistir, pois tudo que con-

seguimos até os dias atuais foi através de muita luta e organização, com sangue derramado, e por isso continuamos o que os nossos Kuxotinoe Viyenó (antepassados) começaram.

Nesse sentido, a defesa da recuperação dos territórios, com a ressemantização das relações ecológicas e cosmológicas a elas atribuídas, compõe uma luta ancestral que constrói novas territorialidades de resistência frente a heteronomia do Estado. Neste horizonte de sentidos vão sendo reelaboradas novas formas de resistência que vão tecendo autonomias dentro de um projeto político por vida digna, é dizer, por espaços de vida onde cabem suas diferenças como povos e desde onde se reinventam uma convivência organizativa e afetiva com a Mãe Terra (LUNA, 2020).

Com processos cotidianos de fortalecimento da auto-organização, das autonomias territoriais e da manutenção ou restauração da biodiversidade, povos indígenas em diferentes territórios fazem germinar a vida com sementes que fazem brotar esperança contra os solos devastados pela lógica moderna-colonial (ROSSI, 2017, p. 64). É dizer ainda, desde as autonomias e desde todas as outras propostas de emancipação construídas, seguimos disputando o território de vida, a nossos modos e tempos, com o conhecimento tradicional e processos cotidianos de exercício pleno de nossa criatividade política.

A pandemia como efeito da degradação ambiental causada pelo purutuye demonstra o quão urgente é, combater o modelo predatório da matriz agroextrativista, repensar a nossa relação com os ecossistemas e o quão necessário é derrubar e transformar radicalmente todas as estruturas do Colonialismo/Patriarcado/Capitalismo/Estado. Esse paradigma da sociedade da mercadoria deve ser rechaçado e os purutuye devem aprender e construir novas relações contra o ritmo avassalador do não retorno. “Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra” (KOPENAWA, 2011).

Por fim, essas críticas e autocríticas, sob uma abordagem simétrica e intercultural, são uma provocação e convocação aos purutuye (não indígenas) a transformarem suas

formas de ser e viver e a somarem-se às lutas anticoloniais dos povos originários pela construção de outro mundo, com outras relações possíveis, frente à colonialidade e à barbárie capitalista.

## Considerações Finais

Contra o avanço do modelo predatório das fronteiras agroextrativistas e de doenças causadas por esse modo de produção, é urgente a construção de novas relações socioterritoriais e ecológicas. As crises que estruturam séculos de exploração da vida nos colocaram diante de mais uma pandemia associada à uma política de indiferença e banalização da morte praticada por muitos Estados.

Diante disso, os povos indígenas buscam, através de ações autônomas, o caminho para tentar barrar a disseminação do vírus em seus territórios, fortalecendo a auto-organização e o cuidado mútuo com a terra, ao mesmo tempo em que contam seus mortos e tentam impedir a expansão da devastação ecológica, do agronegócio, do garimpo e megaprojetos fomentados pelo Estado brasileiro.

As barreiras sanitárias que foram construídas por muitos povos como forma de autogestão territorial diante da pandemia, além de contribuírem para prevenir e combater a disseminação vírus, fizeram emergir ações e narrativas anticoloniais contra a racionalidade moderna-colonial que devasta a terra/Terra há séculos. Através da criatividade, da ancestralidade e das formas próprias de fazer política, coletivos, conselhos, associações e movimentos socioterritoriais indígenas têm construído novas esferas de organização em novas territorialidades, que potencializam processos de autodefesa e autonomias frente à degradação que assola essas terras e aos territórios corporativistas que estruturaram o agronegócio e possibilitam as condições para surgimento de doenças.

Em meio ao contexto territorial complexo que configura o estado de Mato Grosso do Sul, as lutas anticoloniais dos povos Terena, Kaiowá, Guarani e outros povos do Brasil

(e do mundo) fertilizam a dimensão de fortalecimento de novos caminhos possíveis para expandir as autonomias territoriais diante das crises atuais e do porvir. “Poké'exa ûti!”, nosso território tradicional, nossa terra, são as palavras com as quais o povo Terena fortalece sua organização política nas fileiras da justa e digna resistência e luta pela recuperação de seus territórios frente às políticas do Estado e à devastação da biodiversidade.

## Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer e expressar toda nossa solidariedade à luta anticolonial do Povo Terena. E expressar todo nosso apoio às retomadas dos territórios ancestrais. Seguimos juntas e juntos na luta por libertação e por um mundo onde caibam muitos mundos. **Ainapó Yakoé!**

## Referências

- AB'SÁBER, Aziz N. **Brasil: paisagens de exceção (O Litoral e o Pantanal Mato-Grossense – Patrimônios Básicos)**. Cotia: Ateliê, 2006.
- ADHIKARI, Sasmita P.; MENG, Sha; MAO, Yu-Ju W.; Yu-Ping; YE, Rui-Xue; WANG, Qing-Zhi; SUN, Chang; SYLVIA, Sean; ROZELLE, Scott; RAAT, Hein; ZHOU, Huan. Epidemiology, causes, clinical manifestation and diagnosis, prevention and control of coronavirus disease (COVID-19) during the early outbreak period: a scoping review. **Infectious Diseases of Poverty**. v. 29, pp. 1-12, 2020.
- ALBERT, Bruce. Anthropologie appliquée ou `anthropologie impliquée?': Ethnographie, minorités et développement. In: BARÉ, Jean-François. (orgs.). **Les applications de l'anthropologie**. Un essai de réflexion collective à partir de la France. Paris: Karthala, 1995. p. 87-118.
- ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu. Uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita. (orgs.).

**Pacificando o branco:** cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado. 2002, p. 239-270.

ALBERT, Bruce. “Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. **Campos**, v. 15, nº 1, pp. 129-144, 2014.

ALKMIN, Fábio M. **Por uma geografia da autonomia:** a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALVES, Flávio M.; LEHN, Carlos R.; DAMASCENO-JÚNIOR, Geraldo A.; SARTORI, Ângela L. B.; POTT, Arnildo; POTTI, Vali J.; BORTOLOTTI, Ieda M.; ISHII, Iria H.; SALIS, Suzana M.; URBANETZ, Catia; BUENO, Marcel L.; SCIAMARELLI, Alan. Coleções botânicas do estado de Mato Grosso do Sul: situação atual e perspectivas. **Iheringia Série Botânica**. v. 73, pp. 93-100, 2017.

ANA (Agência Nacional de Águas). **Implementação de práticas de gerenciamento integrado de bacia hidrográfica para o Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai:** programas de ações estratégicas para o gerenciamento integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai. GEF. Relatório Final. Brasília, 2004. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br>>. Acesso em 10/09/2020.

ARGENTA CÂMARA, Marcelo. **Movimentos sócio-territoriais e a construção de territorialidades contra-hegemônicas na Bolívia:** uma contribuição desde a geografia para o estudo dos movimentos sociais. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2013.

BALTAZAR, Paulo. **O processo decisório dos terena.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARBOSA, Altair S. Tópicos para construção da ocupação pré-histórica do Cerrado. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, nº 105, pp. 41-48, 2009.

BASSI, Bruno S. Seis Terena morrem com sintomas de Covid-19 após inauguração de estrada com prefeito e deputados. **De olhos nos ruralistas**, 24/07/2020. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/07/24/seis-terena-morrem-com-sintomas-de-covid-19-apos-inauguracao-de-estrada-com-prefeito-e-deputados/>>. Acesso em 05/09/2020.

BESPALEZ, Eduardo. Arqueologia e história indígena no Pantanal. **Estudos Avançados**, v. 29, nº 83, pp. 45-86, 2015.

- BITTENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.
- BUENO, Marcelo L.; OLIVEIRA-FILHO, Ary T.; PONTARA, Vanessa; POTT, Arnildo; DAMASCENO-JUNIOR, Geraldo A. Flora arbórea do Cerrado de Mato Grosso do Sul. **Iheringia Série Botânica**, v. 73, pp. 53-64, 2018.
- CARDOSO, Wanderley D. **A história da educação escolar para o Terena**: origem e desenvolvimento do ensino médio na Aldeia Limão Verde. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CARVALHO, Silvia M. Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural, suas relações com a bacia da Paraná e o sul mato-grossense. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 457-74.
- CARDOSO-DE-OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e tribalismo**: A integração dos índios Terena numa sociedade de classes. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- COELHO, Rodrigo D. Governo suspende operações contra desmatamento na Amazônia e queimadas no Pantanal. **Brasil de Fato**. 28/08/2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/28/governo-suspende-operacoes-contra-desmatamento-na-amazonia-e-queimadas-no-pantanal>>. Acesso em 10/09/2020.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CECEÑA, Ana E. Autonomía y control de los territorios en América Latina. In.: GASPARRELO, Giovanna. GUERRERO, Jaime Quintana (orgs.). **Otras Geografías**: experiencias de autonomías indígenas en México. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, 2009, p. 195-212.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de Antropologia Política. São Paulo: Cosac Naify Portátil, 2012.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Assessoria de Comunicação. Organizações denunciam deputado e membros do governo do MS por criar condições de contaminação por covid-19 entre povo Terena. **CIMI**, 24/07/2020. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/07/organizacoes-denunciam-governo-do-mato-grosso-do-sul-por-criar-condicoes-de-contaminacao-por-covid-19-entre-povo-terena/>>. Acesso em 13/09/2020.

- CONSELHO DO POVO TERENA. ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - APIB. **Carta de Ipegue:** documento final da 13ª Assembleia Terena. Aldeia Ipegue, 2019. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2019/05/15/carta-de-ipegue-documento-final-da-13o-assembleia-terena/>>. Acesso em 13/10/2020.
- CONSELHO DO POVO TERENA. **Nota do Conselho Terena:** Recomendação aos caciques e comunidades indígenas. APIB, 20/03/2020. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2020/03/20/nota-do-conselho-terena-recomendacao-aos-cacique-e-comunidades-indigenas/>>. Acesso em 08/08/2020.
- CORRÊA, Roberto L. Análise Crítica de Textos Geográficos: Breves Notas. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, nº 14, pp. 7-18, 2003.
- DIAS-LIMA, Artur. O mundo dos vírus e o vírus do mundo. In.: MARQUES, Juracy. DIAS-LIMA, Artur (org.). **Ecologia humana & pandemias:** consequências da COVID-19 para o nosso futuro. Bahia: SABEH, 2020. p. 46-62.
- DOURADO, Nathan P. A crise do capitalismo em tempos-espacos de pandemia. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, nº 7, pp.9-15, 2020.
- ELOY-AMADO, Luiz H. O despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político em mato grosso do sul. **Movimentação**, v. 4, nº. 6, pp. 83-104, 2017.
- ELOY-AMADO, Luiz H. Autoritarismo e resistência indígena no Brasil. **Reciis**, v. 13, nº4, p. 702-706, 2019.
- ERTZOGUE, Marina H.; FERREIRA, Dallyla T. A. M; MARQUES, Elineide E. “É a morte do rio Tocantins, eu sinto isso”: desterritorialização e perdas simbólicas em comunidades tradicionais atingidas pela hidrelétrica de estreito, TO. **Sociedade e Natureza**, v. 29, nº 1, pp. 53-62, 2017.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Andrey C. **Tutela e Resistência Indígena:** Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

- FERREIRA, Andrey C. Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX. **Revista de Antropologia**, v. 52, nº 1, pp. 98-136, 2009.
- FERREIRA, Andrey C. Dialéticas Coloniais: a construção do Estado e as transformações da organização social indígena sul-americana. **RBCS**, v. 26 nº 77, pp.80-96, 2011.
- FERREIRA, Andrey C. Etnopolítica e Estado: centralização e descentralização no movimento indígena brasileiro. **Anuário Antropológico**, v. 42, nº 1, pp. 195-226, 2017.
- FERREIRA, Andrey C. Societies “against” and “in” the State – from Exiwa to the Retakings Territory, autonomy and hierarchy in the history of the indigenous peoples of Chaco-Pantanal. Dossier Fighting for Indigenous Lands in Modern Brazil. **The reframing of cultures and identities**, v.15 nº 2, pp. 1-27, 2018.
- FERREIRA, Fátima C. D. **Representações sobre meio ambiente, dos professores que atuam de 1ª a 4ª série, na aldeia Bananal, Distrito de Taunay, Município de Aquidauana em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, 2008.
- FIALHO, Cerizi F. (Hopuxokenati). O processo histórico da retomada do território tradicional dos terena da terra indígena taunay/ipegue. In.: GONÇALVES, Daniele L.; OLIVEIRA, Eder A. F; TIAGO, Elison; MARQUES, Erick; PEREIRA, Evelin T. S.; ELOY-AMADO, Luiz H.; ELOY-AMADO, Simone; SILVA TIAGP, Zuleica da. (orgs.). **Vukápanavo: Revista Terena nº 2**, 2019, p. 7-19.
- GASPARELLO, Giovanna; GUERRERO, Jaime Q. Otras geografías: autonomías en movimiento. In: GASPARELLO, Giovanna. GUERRERO, Jaime Quintana (orgs.). **Otras Geografías: experiencias de autonomías indígenas en México**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, 2009, p. 259-284.
- GEBREYES, Wondwossen A.; DUPOUY-CAMET, Jean; NEWPORT, Melanie J.; OLIVEIRA, Celso J. B.; SCHLESINGER, Larry S.; SAIF, Yehia M.; KARIUKI, Samuel; SAIF, Linda J.; SAVILLE, William; WITTUM, Thomas; HOET, Armando; QUESSY, Sylvain; KAZWALA, Rudovick; KING, Lonnie J. The global on health paradigm: challenges and opportunities for tackling infectious diseases at the human, animal, and environment interface in low-resource settings. **Plos Neglected Tropical Diseases**, v. 8, pp. 32-57, 2014.

- HARRIS, Mônica B.; TOMAS, Walfrido M.; MOURÃO, Guilherme; SILVA, Carolina J.; GUIMARÃES, Erika; SONODA, Fátima; FACHIM, Eliani. Desafios para proteger o Pantanal brasileiro: ameaças e iniciativas em conservação. **Megadiversidade**, v.1, nº1, pp. 156-164, 2005.
- HARRIS, Mônica B.; ARCÂNGELO, Cláudia; PINTO, Elaine C. T.; CAMARGO, George; RAMOS NETO, Mário B.; SILVA, Sandro M. Estimativa da perda de cobertura vegetal original na Bacia do Alto Paraguai e Pantanal brasileiro: ameaças e perspectivas. **Natureza e Conservação**, pp. 50-66, 2006.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de covid-19. In: DAVIS, Mike (org.). **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p. 13-23
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, v 19, nº 1, pp. 141-151, 2020.
- HERRERA, Ramón V. Foro: Visiones y perspectivas de la autonomía. In.: GASPARELLO, Giovanna. GUERRERO, Jaime Quintana (orgs.). **Otras Geografías: experiencias de autonomías indígenas en México**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, 2009, p. 229-231.
- JONES, Kate E.; PATEL, Nikkita G.; LEVY, Marc A.; STOREYGARD, Adam; BALK, Deborah; GITTLEMAN, John L; DASZAK, Peter. Global trends in emerging infectious diseases. **Nature**, v. 451, pp. 990-993, 2008.
- KOPENAWA, Davi. Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra. In: Instituto Sociambiental (ISA). **Povos indígenas no Brasil: 2006/2010**. 2011. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/%22Toda\\_essa\\_destrui%C3%A7%C3%A3o\\_n%C3%A3o\\_%C3%A9\\_nossa\\_marca,\\_%C3%A9\\_a\\_pegada\\_dos\\_branco%22](https://pib.socioambiental.org/pt/%22Toda_essa_destrui%C3%A7%C3%A3o_n%C3%A3o_%C3%A9_nossa_marca,_%C3%A9_a_pegada_dos_branco%22)>. Acesso em 12/09/2020.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xãma Yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. Ecologia Política. **Ethnoscintia**, v. 3, nº 2, pp. 1-2, 2018.

- MARQUES, Juracy. Com a vida após a covid. In.: MARQUES, Juracy. DIAS-LIMA, Artur. (orgs.). **Ecologia humana & pandemias: consequências da COVID-19 para o nosso futuro**. Bahia: SABEH, 2020, p.16-27.
- LUNA, Diana I. G. Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México). **Revista Nera**, v. 23, nº 54, pp.35-57, 2020.
- LUZ, Dirce F.; GONÇALVES, Robson R.; FLEITAS, Roberty C.; OLIVEIRA, Marcus V. M.; CARDOSO, Wanderley D. A importância do leite na cultura indígena na região do Alto Pantanal Sul-Mato-Grossense. In.: LEITE, Emerson F. (org.). **Olhares sobre a região de Aquidauana e Pantanal sul mato-grossense**. Campo Grande: Editora UFMS, 2020, p. 09-22.
- MACHADO ARAOZ, Horacio. Crisis ecológica, conflictos socioambientales y orden neocolonial: Las paradojas de NuestrAmérica en las fronteras del extractivismo. **REBELA**, v. 3, nº 1, pp.118-155, 2013.
- MACHADO ARAOZ, Horacio; ROSSI, Leonardo. Repensar (la producción del pan, repensar (nuestra relación con) la tierra. Clave para una renovación (y radicalización) del pensamiento crítico y las energías revolucionarias. **Bajo el Volcán**, v.1, nº 2, pp. 39-76, 2020.
- MARIÁTEGUI, José C. **Siete Ensayos de la Realidad Peruana**. [1928] Caracas: Fundación Ayacucho, 2007.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MENDONÇA, Roberta C. de.; FELFILI, Jeanine M.; WALTER, Bruno M. T.; SILVA-JR., Manuel C. da.; REZENDE, Alba V.; FILGUEIRAS, Tarciso S.; NOGUEIRA, Paulo E.; FAGG, Christopher W. Flora vascular do cerrado: Checklist com 12.356 espécies. In: SANO, Sueli M.; ALMEIDA, Semíramis P. de.; RIBEIRO, José F. (orgs.). **Cerrado: ecologia e flora**. Embrapa: Planaltina, 2008, p. 417-1279.
- MÉTRAUX, Alfred. Ethnography of the Chaco. In: STEWARD, Julian. **Handbook of South American Indians**. Washington: Smithsonian Institution, pp.197-370, 1946.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. **Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite. Monitoramento do bioma Pantanal 2002 a 2008**. Brasília: MMA/IBAMA/CID. 2010. Disponível em: < <https://www.gov.br/mma/pt-br>>. Acesso em 10/10/2020.

- MYERS, Norman; MITTERMEIER, Russell A.; MITTERMEIER, Cristina G; FONSECA, Gustavo A. B. da.; KENT, Jennifer. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, pp. 853-858, 2000.
- MONDARDO, Marcos. Territórios de povos e comunidades tradicionais: estado de exceção, governo bio/necropolítico e retomadas de tekoha. **Periódico Horizontes**, v. 37, pp.1-25, 2020.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Ambiente e cultura no contexto da ocupação indígena da planície de inundação do Pantanal. **Fronteiras**, v.3, nº 6, pp.9-34, 1999.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas. **Territórios e Fronteiras**, v.2, nº 2, p. 115-24, 1999.
- OLIVEIRA, Jorge E de.; PEREIRA, Levi M. **Perícia antropológica, histórica e arqueológica da Terra Indígena Terena de Buriti**. Justiça Federal – Campo Grande, MS, 2003.
- OLIVEIRA, Jorge E. de.; PEREIRA, Levi M. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: AGUIAR, Rodrigo L. S. de; OLIVEIRA, Jorge E. de; PEREIRA, Levi M. (orgs.). **Arqueologia, etnologia e etno-história em Ibero-america: fronteiras, cosmología, antropología em aplicação**. Dourados: Editora UFGD, 2010, p. 185-208.
- OLIVEIRA, Wanderson K. de.; DUARTE, Elisete; FRANÇA, Giovanni V. A.; GARCIA, Leila P. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, nº 2, pp.02-08, 2020.
- ORTIZ, Amado I.; MEZA, Maria J. A. La destrucción de los ecosistemas como paradigma de la civilización moderna: recogiendo frutos. In: **Ecología humana & pandemias: consecuencias da COVID-19 para o nosso futuro**. Bahia: SABEH, 2020, p. 88-108.
- PEIXOTO, Ariane L. **Coleções biológicas de apoio ao inventário, uso sustentável e conservação da biodiversidade**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2003.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestros tempos. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales. Maio, 2012.
- POTT, Arnildo; POTT, Vali J.; MOREIRA, Suzana N.; FERREIRA, Fernando A. Macrófitas aquáticas no pantanal e de outras áreas úmidas em Mato Grosso do Sul. **Heringeriana**, v.6, nº1, pp. 72-75, 2012.

- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 227-278.
- RABELO, Ananza M.; OLIVEIRA, Danielly B. de. Impactos ambientais antrópicos e o surgimento de pandemias. **UNIFESPA**, pp.01-07, 2020.
- RIBEIRO, Eduardo R. Macro-Jê. In: BROWN, Keith. (org.). **Encyclopedia of language & linguistics**. 2.ed. Oxford: Elsevier, 2006, p. 422-426.
- RIBEIRO, José Felipe. WALTER, Bruno Machado Teles. As principais fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, Sueli Matiko. ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de. RIBEIRO, José Felipe. (orgs.). **Cerrado: ecologia e flora**. Embrapa Cerrados, Planaltina. 2008, p.151 -199.
- RODRIGUES, Lidiane P.; LEITE, Emerson Figueiredo. Análise Espaço-Temporal Histórica das Queimadas no Pantanal da Nhecolândia. **Ateliê Geográfico**, v. 14, nº 01, p. 174-204, 2020.
- RODRIGUES, Aríete M. A questão ambiental e a (re)descoberta do Espaço: Uma nova relação Sociedade/Natureza? **Boletim Paulista de Geografia**, nº 73, pp. 35-71, 1994.
- ROSSI, Leonardo. Agronegócios y megaminería, modelos biopolíticos en territorio argentino. *Crítica y Resistencias*. **Revista de conflictos sociales latino-americanos**, nº 4, pp. 50-66, 2017.
- SALVADOR, Mario N. R. **Os índios terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul: a relação capital-trabalho e a questão indígena atual**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012
- SCHMITZ, Pedro I. Arqueologia do estado de Mato Grosso do Sul. **Palestra de abertura do XIII Congresso da SAB**. São Leopoldo: IAP/Unisinos, 2005.
- SHEPHERD, George J. Plantas terrestres: Versão preliminar. **Relatório de Avaliação do estado do conhecimento da diversidade biológica do Brasil**, 2003.
- SILVA, Allan R. de C. Resenha Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace. **Revista Nera**, v. 23, nº 55, pp. 427-431, 2020.
- SILVA, Allan R. de C. Racismo e a emergência de novos patógenos: o caso da pandemia de covid-19. In: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Nandy, L. R. S.; MAGALHÃES,

Luís F.; VONZUBEN, Catarina; PARISE, Paolo; DEMÉTRIO, Natália. DOMENICONI, Jóice (orgs.). **Migrações Internacionais e a Pandemia da Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020, p. 180- 188.

SILVA, Juacy da. Pantanal, Cerrado e Amazônia em chamás. **La Biodiversidad**, 21/08/2020. Disponível em: <[http://www.biodiversidadla.org/Documentos/Pantanal-Cerrado-e-Amazonia-em-chamas?fbclid=IwAR38E73\\_f6YokLdS5Y-Hmoi74R-4c1nULoyXwZ4N\\_Z7v1tubzhwVjdPCVq4](http://www.biodiversidadla.org/Documentos/Pantanal-Cerrado-e-Amazonia-em-chamas?fbclid=IwAR38E73_f6YokLdS5Y-Hmoi74R-4c1nULoyXwZ4N_Z7v1tubzhwVjdPCVq4)>. Acesso em 9/09/2020.

SILVEIRA, Maria Laura. Los territorios corporativos de la globalización. **Geograficando**, v.3, nº 3, pp.13-26, 2008.

SOUZA, Marcelo L. de. **Ambientes e Territórios: Uma introdução à Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

STRASSBURG, Bernardo B. N.; BROOKS, Thomas; FELTRAN-BARBIERI, Rafael; IRIBARREM, Alvaro; CROUZELLES, Renato; LOYOLA, Rafael; LATAWIEC, Agnieszka E.; OLIVEIRA FILHO, Francisco J. B.; SCARAMUZZA, Carlos A. de M.; SCARANO, Fabio R.; SOARES-FILHO, Britaldo; BALMFORD, Andrew. Moment of truth for the Cerrado hotspot. **Nature Ecology & Evolution**, v. 1, pp. 1-3, 2017.

368

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **Revista del Observatorio Social de America Latina Clasco**, nº 32, pp. 15-38, 2012.

VIVEIROS-DE-CASTRO, Eduardo. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sérgio. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

VIVEIROS-DE-CASTRO, Eduardo. O recado da mata. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce (orgs.). **A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés, São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.11-41.

XIMENES, Lenir G.; PEREIRA, Levi M. O território terena: da expropriação e formação das reservas ao movimento das Retomadas. Dossiê - Remoções forçadas de grupos indígenas no Brasil republicano, **Mediações**, v. 21 nº 2, pp. 24-50, 2016.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Tradução: Allan Rodrigo de Campos Silva, São Paulo: Elefante, 2020.

ZANATTA, Silvia. **Barragens na bacia do alto rio Paraguai: uma ameaça para a maior área úmida do planeta**. UNSAM: Edita, 2018.

ZHENG, Ying-Ying; MA, Yi-Tong; ZHANG, Jin-Ying; XIE, Xiang. COVID-19 and the cardiovascular system. **Nature Reviews Cardiology**, v. 17, nº 5, pp. 259-260, 2020.

**Cerizi Francelino Fialho** é do povo Terena e mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É parte do Grupo de Pesquisa Coletivo Geografias Indígenas. **E-mail:** ceriziff@hotmail.com

**Gislaine Carolina Monfort** é mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É parte do Grupo de Pesquisa Coletivo Geografias Indígenas. **E-mail:** gislainecmonfort@gmail.com

Artigo enviado em 27/02/2020 e aprovado em 06/04/2020.